



DE 26 A 30 DE MAIO DE 2014 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 619/XII](#)

Quarta alteração à Lei sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas, Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro
Autoria PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 227/XII](#)

Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos

[Decreto da Assembleia 228/XII](#)

Regime jurídico das assembleias distritais

[Decreto da Assembleia 229/XII](#)

Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 85/2014. D.R. n.º 101, Série I de 2014-05-27](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º [1005/2009](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono

DEFESA

[Decreto-Lei n.º 84/2014. D.R. n.º 101, Série I de 2014-05-27](#)

Ministério da Defesa Nacional

Cria o Hospital das Forças Armadas

DIREITO PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 86/2014. D.R. n.º 102, Série I de 2014-05-28](#)

Ministério da Agricultura e do Mar

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 21-A/98](#), de 6 de Fevereiro, que cria um regime especial aplicável às expropriações necessárias à realização do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, aos bens do domínio a afectar a este Empreendimento e às acções específicas de execução deste projecto de investimento público

[Lei n.º 31/2014. D.R. n.º 104, Série I de 2014-05-30](#)

Assembleia da República

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo

[Nota Informativa PLMJ – O início da Reforma do Urbanismo e Ordenamento do Território](#)

EDUCAÇÃO

[Despacho normativo n.º 6/2014. D.R. n.º 100, Série II de 2014-05-26](#)

Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro

Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano lectivo 2014-2015

ENERGIA

[Decreto-Lei n.º 87/2014. D.R. n.º 103, Série I de 2014-05-29](#)

Ministério da Economia

Estabelece o regime jurídico aplicável à exploração de áreas de serviço e ao licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis

FINANCEIRO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 35-A/2014. D.R. n.º 104, Suplemento, Série I de 2014-05-30](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina um conjunto de condições complementares da 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

[Despacho n.º 6908/2014. D.R. n.º 101, Série II de 2014-05-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Cria a Comissão Especial para acompanhamento da 2.ª fase de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.

[Despacho n.º 7010/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Manutenção da garantia pessoal do Estado ao empréstimo bancário BANIF/RAM

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Despacho n.º 7011/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Manutenção da garantia pessoal do Estado ao cumprimento de obrigações de capital e juros contraídos pela RAM

BANCO DE PORTUGAL

[Relatório n.º 8/2014. D.R. n.º 104, Série II de 2014-05-30](#)

Banco de Portugal

Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, Actividade e Contas em 2013

Destaques

[Banco de Portugal divulga a dívida pública na óptica de Maastricht relativa a Abril de 2014](#)

[Comunicado sobre o Relatório de Actividade e Contas 2013 do Banco de Portugal](#)

[Relatório Anual do Conselho de Administração – A Economia Portuguesa](#)

[Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 1/2014 – Deveres de informação na vigência dos contratos de crédito aos consumidores](#)

Carta-Circular

[4/2014/DSP](#) - Transmite as recentes alterações publicadas pela EBA no âmbito das Implementing Technical Standards on Supervisory Reporting (ITS).

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[ESMA Divulga Relatório sobre Aplicação das Regras Contabilísticas IFRS em 2013](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Consulta Pública EIOPA](#)

A EIOPA divulgou um documento de discussão sobre a matéria de conflitos de interesses, no contexto do trabalho em curso motivado por pedido formal de aconselhamento técnico que lhe foi dirigido pela Comissão Europeia. Esta solicitação tem em vista a eventual emissão de actos delegados sobre este tema por parte da Comissão Europeia no quadro das recentes alterações introduzidas na Diretiva relativa à Mediação de Seguros no âmbito da revisão da Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros. Tais alterações respeitam, genericamente, a novas regras de conduta de mercado aplicáveis à venda de produtos de seguro com componente de investimento, tanto por empresas de seguros, como por mediadores de seguros.

 **FISCAL**

[Declaração n.º 93/2014. D.R. n.º 103, Série II de 2014-05-29](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Orçamento

Conta provisória de Janeiro a Março de 2014

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Newsletter AT 4 - Abril/Junho 2014](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

IMOBILIÁRIO - ARRENDAMENTO

[Portaria n.º 115/2014. D.R. n.º 103, Série I de 2014-05-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Primeira alteração à [Portaria n.º 226/2013](#), de 12 de Julho, que aprova os modelos de pedido de emissão da declaração e de declaração relativos ao rendimento anual bruto corrigido do agregado familiar do arrendatário, estabelecendo ainda os procedimentos de entrega do pedido e de emissão da declaração

PENAL

[Portaria n.º 116/2014. D.R. n.º 104, Série I de 2014-05-30](#)

Ministérios da Defesa Nacional e da Justiça

Procede à integração no sistema número único identificador de processo-crime dos serviços competentes para a realização de actos do processo penal inseridos na Polícia Marítima, através do subsistema da Autoridade Marítima Nacional (AMN)

DIRETIVA n.º 3/2014 PGR - [Novo Regime Jurídico do Processo de Inventário. A intervenção do Ministério Público](#)

DIRETIVA n.º 4/2014 PGR - [Institutos Públicos. Âmbito da representação em juízo pelo Ministério Público](#)

PROCESSO CIVIL

[Lei n.º 32/2014. D.R. n.º 104, Série I de 2014-05-30](#)

Assembleia da República

Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 87-A/2014. D.R. n.º 104, 2.º Suplemento, Série I de 2014-05-30](#)

Ministério da Saúde

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 19/2014](#), de 5 de Fevereiro, alargando o prazo de escoamento dos medicamentos

TMT

[Serviço universal de comunicações electrónicas - esclarecimento](#)

Esclarecimento sobre o serviço universal de comunicações electrónicas, na sequência da entrada em vigor dos novos contratos destinados a assegurar as várias prestações do serviço universal.

[Questionário do BEREC sobre o mercado e regulação do roaming internacional](#)

Respostas à ANACOM até 13.06.2014.



RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/M. D.R. n.º 100. Série I de 2014-05-26](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Define a titularidade da infra-estrutura implantada na Praça do Mar

UNIÃO EUROPEIA



JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Ambiente

Regulamento (UE) n.º 538/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 691/2011 relativo às contas económicas europeias do ambiente](#)

Cultura

Diretiva 2014/60/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, [relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-Membro](#) e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 (Reformulação)

Fiscal

Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, relativo aos [requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público](#) e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão

Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, que altera a [Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas](#)

Propriedade Intelectual

Regulamento (UE) n.º 542/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que [altera o Regulamento \(UE\) n.º 1215/2012, no que diz respeito às regras a aplicar em relação ao Tribunal Unificado de Patentes e ao Tribunal de Justiça do Benelux](#)

Saúde

Regulamento (UE) n.º 536/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, [relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano](#) e que revoga a Diretiva 2001/20/CE

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Trabalho e Emprego

Diretiva 2014/66/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, relativa às [condições de entrada e residência de nacionais de países terceiros no quadro de transferências dentro das empresas](#)

Diretiva 2014/67/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, [respeitante à execução da Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços e que altera o Regulamento \(UE\) n.o 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno \(«Regulamento IMI»\)](#)

Decisão n.o 573/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Maio de 2014, sobre o [reforço da cooperação entre os serviços públicos de emprego \(SPE\)](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Decisão do Banco Central Europeu, de 20 de Fevereiro de 2014, [relativa à proibição de financiamento monetário e à remuneração de depósitos das administrações públicas pelos bancos centrais nacionais \(BCE/2014/8\)](#)

[Orientação do Banco Central Europeu, de 20 de Fevereiro de 2014, relativa às operações de gestão de activos e passivos domésticos pelos bancos centrais nacionais \(BCE/2014/9\)](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Subsídios públicos para a indústria - novas regras da UE visam fomentar a I & D](#)

A UE vai facilitar a ajuda dos governos às empresas no quadro de uma revisão de regras concebida para estimular o crescimento e promover a investigação e a inovação.

[Segurança energética: Comissão apresenta uma estratégia global para reforçar a segurança do abastecimento](#)

A Comissão reage à actual situação geopolítica e à dependência das importações da UE, com a recomendação uma nova estratégia europeia de segurança energética. Os principais pontos da nova estratégia são a diversificação do abastecimento externo de energia, a modernização das infraestruturas energéticas, a conclusão do mercado interno da energia da UE e a poupança de energia. A estratégia sublinha igualmente a necessidade de coordenar as decisões nacionais em matéria de política energética e a importância de falar a uma só voz nas negociações com os parceiros externos.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Fiscalidade da economia digital: Grupo de peritos de alto nível apresenta relatório final](#)

Este grupo independente foi convidado a analisar as questões fundamentais relacionadas com a fiscalidade da economia digital na UE e a apresentar as suas ideias sobre a melhor abordagem dos diversos desafios e oportunidades que se colocam nesta área.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 29 DE MAIO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Alteração do regime jurídico da urbanização e edificação.

Esta alteração visa obter o equilíbrio entre a diminuição do controlo prévio e o aumento da responsabilidade do particular. É adoptado um novo padrão de controlo prévio assente no princípio da confiança nos intervenientes.

- Resolução que estabelece um conjunto de condições complementares da 2.ª fase do processo de reprivatização da REN Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

- Estatutos da Autoridade da Concorrência, adaptando-os ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras.

- Alteração do diploma que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.

- Alteração do Código dos Valores Mobiliários em matéria de registo dos auditores junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e seus deveres, transpondo parcialmente uma directiva da União Europeia relativa ao reconhecimento mútuo de disposições regulamentares entre Estados-Membros.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012